

## EXMO. SR. DR. MARCOS NÓBREGA, CONSELHEIRO - RELATOR, EXMO. SR. DR. MARCOS NOBREGA, CONSELHEIRO - RELATOR, EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, RECIFE - PE

Ref. Processo TCE-PE Nº 20100145-7

Modalidade/Tipo: PRESTAÇÃO DE CONTAS/ CÂMARA MUNICIPAL DE TACARATU-PE.

JNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, RECIFE – PER Nº 20100145-7

: PRESTAÇÃO DE CONTAS/ CÂMARA MUNICIPAL DE TACARATU-PE.

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2019

GIVALDO TORRES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, comerciante de 100 portador do RG Nº 3.572.840-SDS/PE., CPF Nº 707.058.609-49, residente à Rua Euzébia Quirino, nº 47, Caraibeiras - Tacaratu-PE. Ex-Vereador Presidente (Ordenador de despesa) da Câmara Municipal de Vereadores de Tacaratu-PE, F: (87) 99663-9020, E-maig givaldo@camaradetacaratu.pe.gov.br, vem mui respeitosamente perante V. Exa., com fundamento no do Art. 5º, LIV e LV da CF., c/c os Arts. 131 e 146 do Regimento Interno do TCE-PE. (Resolução TC nº 015/2010), e Arts. 49 e 50 da Lei Orgânica do TCE-PE. (Lei Estadual nº 12.600/2004 -Redação dada pela Lei nº 14.725/12), entre demais disposições g normas legais pertinentes, nos Autos supramencionados (Proc. TCE Nº. 20100145-7) apresentar tempestivamente Defesa Prévia Escrita, em face do r. Relatório de Auditoria desse Egrégio Tribunal de Contas, conforme determinado através do Ofício TCE/IRGA/e-TCEPE Nº 59561/2020, de Notificação, pelas razões que passa a expor para ao final requerer:

### I - Da Síntese do Relatório de Auditoria de Prestação de Contas de Gestão 2019:

I.1- Da introdução. Conforme despacho exarado da Inspetoria Regional de Garanhuns/PE. (IRGA) do TCE-PE, foi realizada auditoria referente à Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tacaratu/PE, relativa ao exercício de 2019 (ref. Processo TCE-PE Nº 20100145-7), tendo por objetivo entre outros: itens "a", observar aos princípios da administração pública e das normas legais vigentes, incluídas as Resoluções e Decisões do TCE; "b", validação das informações contábeis com base em testes, verificando o respeito às normas brasileiras de contabilidade; "c", análise das peças que integram a dita Prestação de Contas, bem como, dos demais documentos posteriores juntados aos autos do processo; "d", análise "in loco" quando da realização da auditoria de acompanhamento na Câmara [...]. Ressaltando-se que, os testes e procedimentos utilizados ao longo dessa análise foram aplicados por amostragem.

Documento Assinado Digitalmente por: GIVALDO TORRES DE OLIVEIRA



I.2- Da Prestação de Contas. Conforme consta do r. relatório de auditoria, a Prestação de Contas da Câmara (Proc. TCE-PE Nº. 20100145-7), referente a Exercício de 2019, foi prestada de acordo com a lei e demais normas correlatas (c ratificado no item 1.1, às fls. 4 do r. Rel.; e p/ Art. 4º da Resolução TCE-PE nº 26/2015, 8 também Art. 1º da Resolução TC nº 76/2020 (cf. tb a LOM: Arts. 140 e 141; e a CF: Arts 70, Parágrafo Único, e 31, §1º e § 2º...; LC nº 101/2000). Tendo a dita Câmara Municipa através do seu Gestor (Ordenador de Despesas) procedido com observância aos princípio norteadores da administração pública, especialmente, aqueles elencados no Art. 37 "Caput" da CRFB (cf. tb. Art. 97 da CE-PE), e demais pertinentes, observado ainda aos princípios d informalismo (formalismo moderado) e da insignificância e da probidade, relativo a certo atos e falhas apontados pelo(s) ilustríssimo(s) auditor(es) no dito relatório (cf. item "260 "2.1" e 2.1.1...-Dos Resultados da Auditoria, entre outros), as quais (supostas falha mencionadas) constituintes de insignificantes falhas formais, que estão sendo justificadas sanadas e/ou já foram sanadas tempestivamente com atos administrativos e legais competentes (v. docs. anexos, e constantes da Prestação de Contas e do(s) site(s) Oficiais da Câmara), e que não decorreram de dolo ou má-fé, e não causaram quaisquer dano ou prejuízo ao erário público, não constituindo entretanto, infrações legais, improbidade administrativa e ilegalidades (cf. tb. docs. anexados), não devendo ser penalizado 🐇 ordenador de despesa, considerando que supostas falhas atribuídas à Câmara e ao Ordenado de Despesa foram raras, justificadas, e reiteramos, sanáveis e sanadas oportunamente e nã passíveis de devolução de valores (cf. constante, Itens "3" e "3.1" a "3.3. e "Segs.", e outros - fls. 16 a 17..., do r. Rel. do TCE).

# II- <u>Dos Resultados da Auditoria (Item "2" e "Segs." - fls. 5/6 a 17, do Rel.)</u>: (cf. tb. <u>CONCLUSÃO</u>, Item "3", Subitem "3.1" a "3.3" do Rel.)

II.I- Dos Resultados da Auditoria (Item "2" e "Segs." - fls. 5/6 a

17, do Rel.). Em resumo, pode se vislumbrar do r. Relatório de Auditoria, que da análise dos dados da r. equipe auditora (e/ou Auditor) e resultados, atinente à prestação de contas supracitada (Proc. TCE-PE Nº. 20100145-7) em julgamento, e, visando a constatação de irregularidades ou indícios de irregularidades (achados negativos do rel. pelo(s) auditor(es).) agrupados de acordo com os competentes objetivos da auditoria, abaixo relacionados (cf. Item "3", Da Conclusão – "3".1.1, Quadro de Detalhamento de Achados, às. Fls.16 do r Rel.), para o devido julgamento das mencionadas contas, sobre os quais adiante respostamos e justificamos, entre outros, do que constatou-se em síntese o alegado:

os, do que constatou-se em síntese



II.I)- item "2.1.1" e seg. do Rel. (V. fls. 5/6 e segs., e 16. do Rel.). Alegação: "Envio do Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) sem informações transparentes quanto & publicidade." Contraria e justifica-se, cf. documentos Nº 02 e seguintes, e demais anexados, comprovantes de publicações dos competentes Relatórios (RGF), conforme aindage argumentação adiante, no mérito;

II.II)- <u>item "2.5.1" do Rel.</u> (V. fls. 12/15 e segs., e 16. do Rel.). Alegação: "Despesage"

realizadas com diárias em valores acima do permitido pela norma legal pertinente (R\$ 5.500,00)." Contradiz e justifica-se, conforme provam os Comprovantes de Transferências/Depósitos Bancários realizados pelos Servidores relacionados, e DAMs en

realizadas sem legal, transparente e efetiva comprovação." (R\$ 7.650,00). Contraria e justifica-se, conforme faz prova os Documentos em apenso (v. docs. Nº 04 e segs., em demais anexados), e argumentação descrita no mérito;

II.IV)- Outros achados. Segue as contrárias e justificações, conforme peticionado no mérito.

II.I- Quanto às alegações do II.I, supra (ref. item "2.1.1", e segs. do possible de la contrária de

Rel. V. fls. 5/6 e segs., e 16. do Rel.), onde se alega, entre outras coisas, "Envio dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) sem informações transparentes quanto à publicidade." Contraria e justifica-se atinente às ditas alegações, conforme provam os documentos nos 02 e seguintes, e demais anexados, os quais comprovam às publicações dos competentes Relatórios (RGF), no Quadro Público de publicidades e Site Oficial da Câmara (cf. tb. da Transparência), e na Prefeitura Municipal. Portanto, consubstanciado nos termos legais do Art. 88 da LOM, Arts. 52 e 53 da LC n 101/2000 e Arts. 37, da CF, e 97 da CE-PE (princípios norteadores da administração pública, entre eles o da publicidade), e outras normas legais correlatas. Destarte, foram prestado as devidas informações dos correspondentes Relatórios (RGF), de maneira transparente e atendendo aos princípios da publicidade e transparência na gestão pública (cf. docs. supracitados. E a tualmente tb. cf. recomendado por esse r. TCE/PE.).

II.II- Em relação às alegações do II.II, retro (ref. item "2.5.1" do Rel. V. fls. 12/15 e segs., e 16. do Rel.), onde se afirma entre outros, "Despesas realizadas com diárias em valores acima do permitido pela norma legal pertinente. (R\$



**5.500,00).**" (v. fls. supra, do Rel.). Contradiz e Justifica-se este defendente, que dita situação foi sanada em tempo pretérito e a parte complementar atualmente, conforme fazera prova os documentos adiante: Comprovantes oportunos de Transferências/Depósitos Bancários realizados pelos correspondentes **Servidores** (v. Relação às fls. 12/15, "11 a 15% do Rel.), os quais restituíram as quantias recebidas a maior direto à Câmara (cf. solicitado por Câmara) para a devolução por esta ao Município via DAM (Documento de Arrecadação Municipal), concernente às r. verbas de Diárias, (cf. provam docs. n°s 03 e segs/Segs/ref. restit. p/ Servidores; e n°s 03.1/Segs. ref, a restit. p/ Vereadores, e demais anexados). Ressaltando que, a devolução recente fora efetuada pelos Vereadores, através de Transferência e Depósito direto para o Município, ou via DAM, e ainda, através da Câmara.

Desta feita, fica justificada e devendo integralmente ser considerada sanda a mencionada situação de fato atribuída ao Ordenador de Despesa da Câmara (cfe docs. retro mencionados). Tendo o P. Legislativo, seus Servidores, Vereadores representante legal (Gestor) corrigido as falhas (restituição), e agidos com observâncias aos princípios norteadores da administração pública, e especialmente, do interesse público, da legalidade da moralidade (cf. Art. 37, "Caput" da CRFB, c/c Art. 97 da CE-PE, / e tb. à Leich Municipal nº 1.264/2015), e da probidade.

Municipal nº 1.264/2015), e da probidade.

II.III- Em referência às atribuições do II.III, mencionado (ref. item

"2.5.2" do Rel. V. fls. 15/16 e segs., e 16. do Rel.), onde se assevera entre outros, "Despesas realizadas sem legal, transparente e efetiva comprovação." (R\$

7.650,00). (v. fls. retro citadas do Rel.), afirmando-se ainda, entre outros imputações, [...]

que as "despesas com congressos e similares, foram realizadas irregularmente, sem as devidas notas fiscais de serviço. Portanto, sem documento legal e hábil a comprová-las e respaldá-las, com a devida Transparência." [...] "Sendo o valor passível de devolução pelo ordenador responsável. Estando o mesmo, também passível de multa como determina a Lei Estadual nº 12.600/2004, art. 73, Inciso II, e suas alterações pertinente" [...].

No entanto, quanto ao alegado, contraria-se e justifica-se, conforme faz prova os Documentos em apenso (v. docs. nºs 04/Segs., Recibos, Certificados, docs. de publicidade do evento, e demais anexados, a prestação de contas) e argumentações adiante dissertadas, comprovantes da realização do evento de interesse público. Logo, podendo ter ocorrido apenas erro de mera formalidade, sem dolo ou má-fé, e não constituinte de improbidade administrativa e/ou de danos ao erário público. Entretanto, tendo este Ordenador de Despesas também agido com observâncias aos princípios norteadores da administração pública, e especialmente, do interesse público, da legalidade, moralidade e Publicidade e transparência, entre outros administrativo (cf. Art. 37, "Caput" da CF e Art. 97 da CE-PE), observando ainda, aos princípios do informalismo (formalismo moderado), da

A Salusburt



probidade e da boa-fé, salientando ademais, ao princípio da insignificância observado no direito.

Assim sendo, em referência ás ditas imputações de supostas despesablismente por GIVALDO TORRES DE OLIVEIRA

T- Credor: União dos Vereadores de Pernambuco – valor total das NE (Notas de Empenhos), R\$ 7.400,00;

2- Credor: União dos Vereadores do Brasil – valor total das NE (Notas de Empenhos), R\$ 2.50,00.

A luz das imputações supramencionadas, justifica-se e comprova-secondo de R\$ 7.400,00 - Credor: União dos Vereadores de Pernambuco; e de R\$ 250,00 - Credor: União dos Vereadore indubitavelmente ao negócio jurídico e descritos nas referidas Notas, os serviços prestados os pagamentos legais realizados pela Câmara e autorizados oportunamente por este defendente, correspondentes às contraprestações dos serviços correlativos prestados pela supracitadas Instituições (Associações) Representativas de Classe, e sem fins lucrativos Ressaltando, de acordo às normas legais pertinentes (cf. tb. jurisprudência e doutring dominante, cf. tb. cf. Art. 37, "Caput" da CF e Art. 97 da CE-PE) citadas instituições (Associações) legalmente não são obrigadas imperativamente a emitirem r. Notas Fiscais de serviços, porém foram juntadas oportunamente na dita prestação de contas e atualmentĕ vasta documentação legal para as devidas finalidades probantes (v. docs. nºs 04/Segs, outros., acostado).

II.IV- Em alusão às as demais atribuições do r. Relatório de auditoria do TCE. de fls. 4/18 e segs. e seus Anexos (ref. aos Resultados da Auditoria e Outros achados do r Rel., entre demais citados). Consubstanciado nos argumento e documentos da defesa, e argumentos do r. relatório de auditoria, tocante a Prestação de Contas em comento (Proc. TCE Nº. 20100145-7, ref. ao Exercício de 2019), a dita Câmara Municipal, através do seu Ordenador de Despesas, procedeu com observância aos princípios norteadores da administração pública descritos no Art. 37 "Caput" da Lei Maior (tb. Art. 97 da CE-PE), princípios da probidade administrativa e interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade, e demais pertinentes, observado ainda, aos princípios do informalismo (formalismo moderado) e da insignificância, relativo a mencionados atos e às supostas falhas apontados pelo(s) ilustríssimo(s) auditor(es), no r relatório, as quais já superdas, e constituíram supostamente meras falhas formais, que não maçulam a prestação de contas, e que já foram sanadas e justificativas, com comprovação documental e atos administrativos

Mewayay



legais competentes, e que ratificamos, não terem decorridos de dolo ou má-fé, e não causaram quaisquer dano ou prejuízo ao erário público, não constituindo desta feita improbidade administrativa, infrações político-administrativa, nem crime (cf. docs. anexados a prestação de contas, e os atuais apenados, e a justificativas e normas apresentada oportunamente), devendo serem descaracterizadas qualquer infrações administrativa e legado atribuída à Câmara e ao ordenador de despesa (defendente), descritas no r. Relatório do TCE, e não devendo todavia, ser penalizado o dito gestor (Ex-presidente da Câmara).

# E, e não devendo todavia, ser penalizado o dito gestor (Ex-presidente da Câmara). III – Da Conclusão da Auditoria (e ref. tb. entre outros, Item "3" e 3.1 a 3.3.1, e "Segs." - fls. 16 a 18..., do r. Rel. do TCE): III.I- Da Conclusão do Relatório. Atinentes às demais imputações de fls. 4/18 e constant de fls. 4/18

do r. Relatório do TCE., entre outros itens de fls. 4/18 e segs. e seus Anexos, entre demais (ref. ao Item "3" e 3.1 a 3.3.1, e "Segs." - fls. 16 a 18..., do r. Rel. do TCE). Arrimado nas alegações retro mencionadas da defesa, e sinteticamente, nos argumentos do próprio r. Ĝ relatório de auditoria, tocante a mencionada Prestação de Contas, observa-se que, a Câmaração Municipal, através do seu Ordenador de Despesas, realizou sua gestão com observância aosမ္သိ princípios norteadores da administração pública, do interesse público, da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, tendo 🖇 procedido especialmente, no atendimento aos ditos princípios listados no Art. 37 "Caput" da 🖁 CRFB (e tb. Art. 97 da CF-PE), e demais pertinentes, observado ainda, aos princípios do grando de composition d informalismo (formalismo moderado) e da insignificância, bem ainda, da não pratica de 🖰 improbidade administrativa tipificada na Lei 8.429/92, relativo à gestão e aos ditos atos administrativos e falhas apontados pelos ilustríssimos auditor(es) e Relator no r. Relatório (cf. item "2" e 2.1.1, 2.5.1, 2.5.2...e sgs., entre outros, Dos r. Resultados da Auditoria), aos quais reforçamos, são constituintes de insignificantes falhas formais, que já foram justificadas, sanadas com atos administrativos legais e tempestivos competentes (cf. tb. docs. anexados à prestação de contas e a defesa, Web site da Câmara, Portal da Transparência...), e que não decorreram de dolo ou má-fé, e que ratificamos, não causaram quaisquer dano ou prejuízo ao erário público, não constituindo desta forma, improbidade administrativa, infração político-administrativa ou crime comum ou de responsabilidade ou outras ilegalidades previstas na legislação (cf. docs. anexados e Rel. do TCE), não devendo ser penalizado o ordenador de despesa.

III.II- Da Jurisprudência. Então Vejamos algumas jurisprudências pertinentes:

(...). A má-fé, consoante cediço, é premissa do ato ilegal e ímprobo e a ilegalidade só adquire o status de improbidade quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública

Hereyrey)





<u>coadjuvados pela má-intenção do administrador</u>. (STJ; REsp 831178/MG<sup>2</sup> Primeira Turma; DJ 14/05/2008).

STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 831178 MG 2006/0059673-2 (STJ) - Data de Publicação: 14/05/2008

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI 8.429 /92. LESÃO A PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. APLICAÇÃO DAS PENALIDADES. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, e II, DO CPC. NÃO CONFIGURADA. 1. O caráter sancionador da Lei 8.429 /92 aplicável aos agentes públicos que, por ação ou omissão, violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, lealdade às instituições e notadamente a) import...

Encontrado em: recorrentes. Precedentes do STJ:**REsp** 626.204/RS, DE 06.09.2007; MS 10.826/DF, DJ 04.06.2007; **REsp** 717375/PR, DJ 08.05.2006 REsp 514820/SP , DJ 06.06.2005. 10. Inexiste...: 00004 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 **REsp** 1101594 MG 2008/0250628-0 Decisão...

- 1. É firme a jurisprudência do STJ, inclusive de sua Corte Especial, no sentido de que 'Não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade elegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente por isso mesmo, a jurisprudência do STJ considera indispensável para a caracterização de improbidade que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92, ou pelos menos eivada de culpa grave, nas do artigo 10' (AIA 30/AM, Corte Especial, DJeo de27.09.2011).
- 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 975540 / SP. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2007/0180690-1. Relator(a): Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI (1124). Órgão Julgador: T1 PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento: 17.11/2011. Data da Publicação/Fonte: DJe 28.11.2011)

No entendimento pacífico da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é necessária a existência do elemento subjetivo dolo para caracterização da improbidade administrativa para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 e, ao menos a culpa, para a hipótese do artigo 10.

Registre-se, contudo, no julgado, a menção à figura da "culpa grave", não descrita na norma, que fala, apenas, em "conduta culposa". Já se percebe a intenção daquela Corte em diferenciar o elemento subjetivo, dando-lhe tratamento jurídico diverso da própria nomenclatura legal.

# Vejamos outros jurisrudências/ julgados do STJ:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREFEITO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO PESSOAL INDEVIDA NO CEMITÉRIO LOCAL POR OCASIÃO DO FERIADO DE FINADOS. ART. 11 DA LEI 8.429/92. ELEMENTO SUBJETIVO (DOLO) NÃO CONFIGURADO. AGRAVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL\_DESPROVIDO.

1. A Lei da Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) objetiva punir os praticantes de atos dolosos ou de má-fé no trato da coisa pública, assim tipificando o enriquecimento ilícito (art. 9°), o prejuízo ao erário (art. 10) e a violação a princípios da Administração Pública (art. 11); a modalidade culposa é prevista apenas para a hipótese de prejuízo ao erário (art. 10). [...].

prejuízo aó érário (art. 10). [.



7. Não tendo sido associado à conduta do recorrente o elemento subjetivo doloso qual seja, o propósito desonesto, não há que se falar em cometimento de ato de improbidade

qual seja, o proposito describera, improbidade

8. Agravo Regimental do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL desprovido." (AgRg ng page 1000)

1000/SB AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MATA FILHÔ 2011/0078141-5. **Relator(a)**: Ministro NAPOLEÃO **NUNES** MAIA (1133). Órgão Julgador: T1 **PRIMEIRA** TURMA. Data Julgamento: 07.02.2012. Data da Publicação/Fonte: DJe 15.02.2012).

Percebe-se, com clareza, que o e. Relator entendeu que o elemento subjetiva por dolo", exigido para a prática da improbidade, significa "má-fé". Aqui reside um importante ponto de dissensão, pois, para nós, a Lei 8.429/92, em momenta algum, quis restringir as condutas ímprobas à demonstração de má-fé, masso distintamente, entendeu ser necessária a ação dolosa ou culposa. Ora, ação dolosa não significa, necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso dolosa não significa, necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa, necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa necessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva), masso de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva) de dolosa não significa nacessariamente, má-fé (ausência de boa-fé objetiva)

TRF-3 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO RSE 8435 SP 2007.61.10.008435 3 (TRF). Data depublicação: 03/08/2010. Ementa: PENAL. RECURSO EM Se ENTIDO ESTRITO. DESCAMINHO.ARTIGO 334, § 1º, alínea d DO CÓDIGO PENAL . VALOR DO TRIBUTO INFERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NO ARTIGO 60-0a53-4ee6

III.III- À luz das considerações, da análise final da Conclusão Concernentes às demais atribuições, entre outras do r. Relatório do TCE. de fls. 4/18 e segs e seus Anexos, (ref. Proc. TCE Nº. 20100145-7, tocante aos Itens "3" e 3.1, 3.11, "3.3", e Segs. - fls. 16 a 18, e outras..., do r. Rel.), atinente a Prestação de Contas de Câmara referente ao Exercício de 2019, baseado nas argumentações e fundamentações retro mencionadas da defesa, e sinteticamente, nos próprios argumentos do r. relatório de auditoria, evidencia que, a Câmara de Vereadores de Tacaratu/PE procedeu com sua gestão pública na forma legal; e que os achados, falhas e alegações atribuídas à Câmara e ao Ordenador de Despesa foram raros, justificados, sanáveis e Sanados, e não passíveis de devolução de valores (cf. consta dos Itens "3" e 3.1, 3.11, a "3.3", e Segs. - fls. 16 a 18, e outras..., do r. Rel do TCE). Ressaltando que, supostas falhas não graves imputadas, conforme argumentado, foram meramente formais, sanadas/sanáveis e estão sendo ora justificadas nesta defesa, bem como, foram superadas e integralmente sanadas, e ainda, não ocorreram por dolo ou má-fé, nem causaram prejuízo ou danos ao erário público, nem constituíram infração legal, improbidade administrativa, ou crime comum ou de responsabilidade, conforme argumentos retro citados e documentos apresentados oportunamente à Prestação de Contas, e ora anexados à defesa (v. tb. docs. apensados e constante do website da Câmara, e tb. site P. da Transparência).

// Mhypewall



Quadrose emontrose emontrose emontrose emontrose emontrose emontrose emontrose en la contra de contra de la contra del contra de la contra del contra de la contra del contra de la contra Sendo Obstante reafirmar (cf. constantes dos demonstrativos e dos Itens "3" e 3.1, 3.11, a "3.3", e Segs. - fls. 16 a 18, e outras..., de r. Rel. do TCE), que esta Câmara procedeu de acordo a legislação pátria, tendo observado à normas de finanças públicas e responsabilidade fiscal, observando ainda, aos princípio norteadores da administração pública dispostos no Arts. 37, da CRFB, 97 da CE-PE, e à LC N 101, de 04-05-2000 (LRF), à Lei № 10.028, de 19-10-2000, a Lei Orgânica Municipal, entr outras. Obedecendo ademais, às normas legais correlatas estipuladores dos limites de despesas constitucionais e legais, de controle fiscais, de gastos geral da Câmara, de despesas com subsídio de Vereadores e verba de representação (Ags. Políticos), gastos de pessoa (folha de Pagamento), entre outros, a exemplo, das regras contidas no Arts. 19, inciso III 20, inciso III, alíneas "a" e "b", da LRF/LC nº 101/2000 (e tb. Art. 22, Parágrafo Único, da Le Complementar no. 101/2000 -LRF); e Art. 29-A, I, § 10, Ia VI, da CF (e tb. Arts. 29, VI, "b" VII, 37, XI, 39, § 4º da CF, e tb.169 da CRFB), entre demais normas supracitadas e conexas conforme faz prova documentos atuais anexados, e encaminhados tempestivamente ao TCE e da dita Prestação de Contas, entre outros correlatos (v. tb. docs. nº apensados, portal da transparência, e website competente da Câmara), conforme ratificado pelos quadro demonstrativos dos Itens "3.2" e segs., às fis. 17, entre outras, do r. relatório do  $TCE_{\frac{1}{2}}^{\frac{1}{2}}$ entre demais pertinentes. Justificando, destarte, o atingimento das metas legais de 9568-76-70a7 por responsabilidade fiscal.

Valendo salientar por fim, que as Prestações de Contas desta Câmara têma

sido sempre aprovada nas últimas décadas, como fruto de um trabalho de responsabilidade dos seus agentes públicos, com parceria e o auxílio e orientação desse Colendo TCE/PE, inclusive, atinente a prestação de contas anterior deste defendente, referente ao Exercício de 2014.

Ante o exposto, reiterando todos os termos da defesa e comprovando que as supostas falhas apontadas pelo r. relatório supramencionado desse Egrégio Tribunal, foram meramente formais, e estão sendo ora justificadas nesta defesa, bem como, foram superadas e sanadas, e ainda, não ocorreram por dolo ou má-fé, não causaram lesão ou dano ao erário público, nem constituíram(não constituem) infração político-administrativa, improbidade administrativa ou crime, conforme argumentos e documentos reto mencionados e apresentados tempestivamente, e anexados à defesa (v. tb. docs. Apensados à Prestação e Contas, site oficial da Câmara e P. da Transparência), destarte, o defendente requer a essa Egrégia Corte:

> a) Que seja recebida a presente defesa, considerando as justificativas e os argumentos apresentados, e os documentos ora anexados, julgando improcedentes as atribuições em contrário, do relatório supra, pelas justificativas e argumentações oferecidas para os devidos fins;



- b) A descaracterização das supostas falhas/ilegalidades e/ou infrações administrativa e legais atribuída à Câmara e ao Ordenador de Despesas(Ex-Presidente da Câmara), descritas no presente Relatório; consequentemente, a absolvição do Ex-representante legal desta Casa, das supostos ilegalidades/falhas cometidas ou atribuídas (já sanadas), sende relevada(s) e dispensadas quaisquer multa(s) ou sanções legais superidado relevada(s) e dispensadas quaisquer multa(s) ou sanções legais sugeridas prevista(s) no Relatório em questão, bem como, as demais sanções prevista nas normas legais pertinentes, por ser de lídima justiça;
- Requerendo ainda, considerando que todas as prestações de Contas dessago Câmara, e especialmente, desse Gestor tem sido aprovadas nas últimas décadas (v. arquivos desse egrégio TCE, entre outros docs.), e por toda exposto, considerando ademais, que as supostas falhas /irregularidades (Achados Negativos) insignificantes atribuídas (não grave) não ocorreramo ou se supostamente existiram foram/estão sendo sanadas e justificadas integralmente e tepestivamente, e não causaram lesão nem trouxerardo prejuízo material para o erário público, tratando-se de supostas falhas formais, não decorrentes de dolo, culpa ou má-fé (não constituinte de improbidade administrativa ou crime), e que não mais se reincidirá(ão);

  \*\*Assim sendo, requer ainda, a esse Egrégio Tribunal de Contas, seja aceita a presenta defesa dosta poticion foi: Requerendo ainda, considerando que todas as prestações de Contas dess
- Assim sendo, requer ainda, a esse Egrégio Tribunal de Contas, seja aceita a presente defesa deste peticionário, para que não seja também aberta processo administrativo e judiciais competentes, e ainda, seja dado pos consequência, quitação ao responsável legal, quanto às verbas pertinentes e em questão, sua(s) prestação(ões) de conta(s) oportunamente julgamento.
- e) Requer Finalmente, aprovação da competente Prestação de Contas de Câmara, referente ao exercício de 2019, para os devidos fins de direito.

  Nestes Termos,

  Pede e espera Deferimento.

Pede e espera Deferimento.

Tacaratu-PE, 15 de Fevereiro de 2021

Givaldo Torres de Oliveira -Ex-presidente da Câmara-

-Defendente-